

Um feitiço sem farofa e sem vela¹: a insegurança alimentar como analisadora da clínica psicossocial

Chenya Valença Coutinho²
Michele de Freitas Faria de Vasconcelos³
Universidade Federal de Sergipe

Ana Karenina de Melo Arraes Amorim⁴
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: Este recorte de pesquisa convida a ouvir ecos do oco da fome, entendendo-a como questão urgente de saúde mental, agravada na pandemia da COVID-19. Ao costurar dados de gestão da Rede de Atenção Psicossocial do município de Aracaju (SE), trechos de músicas e memórias do chão dos serviços, cultivamos um modo de ver e de intervir, realizando uma escrita como arte de (re)existência, perguntamos: pode-se produzir saúde mental coletiva sem olhar no olho da fome? Que encantarias na clínica psicossocial podem desencaminhar as fomes de alimento e de expansão da vida?

Palavras-chave: saúde mental; pandemia; clínica; políticas públicas; fome.

¹ Livremente inspirado na música *Feitiço da Vila*. Composição: Noel Rosa e Vadico. Intérprete: Martinho da Vila.

² Mestre em Psicologia (UFS), Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - ENSP/Fiocruz. Enfermeira (UFS). Gestora da Secretaria Municipal de Aracaju-Sergipe. Foi, por mais de quatro anos, especificamente, gestora da Rede de Atenção Psicossocial.

³ Professora Adjunta do Departamento de Psicologia e dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e em Educação da UFS. Pesquisadora formada com o processo de formação da Rede de Atenção Psicossocial de Aracaju. Nela atuou como psicóloga, gestora, 'escutadeira'. Atua hoje na interface ensino-serviço.

⁴ Professora Associada do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRN. Coordenadora do Grupo de Estudos em Política, Produção de Subjetividade e Práticas de Resistência (Gentileza/GPPR/UFRN). Membro da Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME).

A spell without farofa and without a candle: food insecurity in the psychosocial clinic as a care analyzer

Abstract: This research cutout invites us to listen to echoes of the hollow of hunger, understanding it as an urgent issue of mental health, aggravated by the COVID-19 pandemic. By sewing management data from the Psychosocial Care Network in the city of Aracaju (SE), excerpts from songs and memories from the services, we cultivated a way of seeing and intervening, writing as care, as art of (re) existence, we ask: can collective mental health be produced without looking into the eye of hunger? What enchantments in the psychosocial clinic can divert hunger for food and expansion of life?

Keywords: mental health; pandemic; clinic; public policies; hunger

Un hechizo sin farofa y sin vela: la inseguridad alimentaria como analizador del cuidado en la clínica psicosocial

Resumen: Esta parte de la investigación nos invita a escuchar los ecos del hueco del hambre, entendiéndolo como un problema urgente de salud mental, agravado por la pandemia COVID-19. Tejiendo datos de gestión de la Red de Atención Psicosocial en el municipio de Aracaju (SE), extractos de cantos y memorias del servicio, cultivamos una forma de ver e intervenir, escribiendo como cuidar, como arte de (re)existencia, preguntamos: ¿se puede producir salud mental colectiva sin mirar al ojo del hambre? ¿Qué encantamientos en la clínica psicosocial pueden desviar la ingesta de alimentos y la expansión de la vida?

Palabras claves: salud mental; pandemia; clínica; política; hambre.

A fome, o vírus, o neoliberalismo boçal: mil tragédias por aí⁵

No decorrer da tessitura desta escrita mandingueira, vivemos a experiência pandêmica da COVID-19 em seus diversos estágios e inúmeros desafios: desde a sua chegada em 2020, com as divergências entre níveis de governo sobre as condutas para controle da infecção; em 2021, vivemos um ápice no número de óbitos relacionados a sintomas respiratórios, o início da vacinação em massa da população brasileira e a chegada de novas variantes do SARS-Cov-2. Tudo isso e um pouco mais de *fake news* veiculadas em redes sociais com toda sorte de ataques aos saberes e práticas da saúde coletiva, de precarização e subfinanciamento das políticas públicas e de desvalorização da história, da força e da grandeza do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro; chegando 2022, já se anunciava um estágio de “controle”, especialmente, em decorrência do avanço da vacinação da população brasileira, dando espaço para descobertas dos efeitos de médio prazo da infecção, denominados de pós-covid ou ainda covid longa. Certamente, sem o SUS, sem atendimento público universal de qualidade e sem cobertura de vacinação em massa em detrimento dos estratagemas e boicotes do governo federal, o assombroso número de óbitos decorrentes da COVID-19 ou de seus efeitos indiretos seriam muito maiores - a estratégia suicidária de Estado teria tido êxito ainda maior.

Além dos fatores óbvios articulados diretamente ao cuidado em saúde, outros tantos fatores que somaram a esse tempo histórico, como: mudanças radicais no âmbito trabalhista, com ampliação do trabalho remoto, desemprego massivo, perda de direitos trabalhistas e uberização dos serviços (VASCONCELOS, 2021). Essas desregulamentações legitimam-se a partir de uma narrativa de modernização nas relações trabalhistas, que, obedecendo uma cartilha neoliberal, ‘permitiria’ ao trabalhador negociar diretamente com o empregador. Como consequência de rezarmos essa cartilha, assistimos, assombradas, a precarização dos vínculos trabalhistas, anulando direitos resguardados até então: “tal precarização somada a uma suposta autonomia deixa as subjetividades mais traumatizadas e impossibilitadas de agir. É quando elas se tornam mais vulneráveis ao abuso, na ilusão de que esta lhes trará de volta um contorno e um lugar” (ROLNIK, 2018: 87), uma ilusão feiteiceira. Com o avanço da agenda neoliberal, somam-se ao cenário pandêmico, as consequências do avanço inflacionário, o fim da política de valorização do salário-mínimo, com redução da renda e do poder de compra da população, bem como a ampliação nas dificuldades de acesso à educação e assistência social. Esse somatório de forças nocivas afeta mais fortemente mulheres e crianças - em especial as negras - diretamente impactadas pelo crescimento das desigualdades e da pobreza (CAMPELO e BORTOLETTO, 2022).

Diante dos olhos, desenhava-se uma crise, que reverbera não só no campo da saúde pública, mas nos campos sociais, econômicos, culturais, subjetivos. Essa crise, portanto, é civilizatória, é o próprio modo de governo instaurado pelo neoliberalismo, no seu projeto mais avançado de dominação e controle da civilização

⁵ Livremente inspirado na música *É*. Composição: Gilberto Gil. Intérprete: Gilberto Gil.

(COMITÊ INVISÍVEL, 2016). A crise não nasce no cenário pandêmico, ela tem sua emergência nas promessas feitas por um ideário de modernidade que, em nome de um suposto progresso econômico, científico e tecnológico, provocam diversos desequilíbrios aos sistemas naturais, acarretando consequências imprevistas ao planeta, à sociedade, ao corpo e ainda ao modo de vida hegemônico (PORTO, ROCHA e FASANELLO, 2021). Nos discursos neoliberais - que enfeitam os modos de vida em um “sistema feiticeiro [capitalístico] sem feiticeiros” (STENGERS *apud* SZTUTMAN, 2018: 339) - a crise se desenha como “destruição criadora” entre o obsoleto e o moderno, ao mesmo tempo que se desenha como método político de gestão das populações (COMITÊ INVISÍVEL, 2016).

“O sofrimento psíquico não só é produzido, como também gerido pelo neoliberalismo” (SAFATLE, JÚNIOR e DUNKER, 2021: 3). Nesse cenário de recrudescimento e de exasperação das desigualdades sociais e de sucateamento e retrocesso das políticas sociais, uma memória-eco parecia desejar guiar essa escrita, uma imagem nos olhava de frente, como que caçando um jeito de afetar/mobilizar nossos corpos paralisados identificados como cidadãs, trabalhadoras e pesquisadoras do campo da saúde mental coletiva. Em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) infantil, na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de Aracaju (SE), uma criança, que estava há um tempo apresentando melhora em acolhimento noturno, quando retornava para casa, a crise voltava a agudizar. Ao investigar as possíveis causas da oscilação do quadro de crise, uma das profissionais buscou ouvir um pouco mais sobre a rotina familiar de cuidado à criança. Descobriu que o tratamento medicamentoso era descontinuado em casa devido aos efeitos adversos que a criança sentia quando tomava a medicação sem comer: “*só dou o remédio a ela quando tenho comida para dar. Quando não tenho, acho melhor não dar o remédio porque a bichinha passa mal*”, disse a mãe. Sem ar, nos espantávamos: nesses tempos - no mesmo momento em que alguns CAPS distribuem senhas para que usuários só tenham acesso às “quentinhas” de almoço e lanche nos dias e horários indicados, e somente se vierem nesses horários - nossos usuários estão comendo? Comendo o quê? Em que condições?

Ouvimos e guardamos a história dessa menina por meses, refletindo várias vezes sobre vozes perguntas que ruminavam em nós: como pensar o cuidado em saúde mental quando se tem fome? O sofrimento mental seria um dos efeitos da fome? Seria efeito de uma tessitura social que criminaliza a pobreza de múltiplos modos, também por meio da articulação entre pobreza e doença mental, da classificação pessoa (pobre) com transtorno mental? Pode o cuidado em saúde mental sobreviver à fome? Nesse cenário em que muitos brasileiros e brasileiras morrem não só de COVID, mas dos males da falta de dignidade, de condições mínimas de sobrevivência, de fome, como se produzir um cuidado em saúde mental? Pode-se produzir um cuidado em saúde mental que se furte a olhar no olho da fome, que se esquive de pensar como se desvencilhar do patrocínio do mercado neoliberal, este que se alimenta de nossa força vital, produz (des)cuidado em saúde mental dependente de remédios, patologizante com sua faceta farmacológica para a vida empreendedora feliz, desejando a matança de quem não tem como contribuir e seguir sorrindo? Afinal, temos fome de quê?

Oh mundo tão desigual, tudo é tão desigual⁶ ...ei, você, tem fome de quê?

Levando em consideração as informações divulgadas pelo IBGE (2021), através da pesquisa nacional de amostras por domicílio (PNAD), a taxa de ‘desocupação brasileira’ foi estimada em 14,7%. Em relação à faixa etária da população classificada na referida taxa, os dois grupos com quantitativo superior de desocupação foram o grupo de pessoas de 25 a 39 anos, com 34,6% de incidência, e o grupo de 18 a 24 anos, com 29,0% de incidência. A pesquisa ainda ressalta que a taxa de desocupação nas regiões Norte e Nordeste apresentou grande aumento estatístico, enquanto as demais regiões mantiveram a estabilidade. Em Sergipe, o levantamento mostrou que aproximadamente 226 mil pessoas estão ‘desocupadas’, correspondendo a um aumento de 19,6% no período supracitado. Inferimos aqui que, sem trabalho formal – o que se entende por ocupação - e renda, as vulnerabilidades ganham espaço, abrem-se as portas dos lares para a insegurança alimentar - fazendo ecoar as dores de quem grita para silenciar o oco das ausências (na barriga e na vida). No Brasil de 2022, mais de 33 milhões de pessoas passavam fome e mais de 125 milhões conviviam com algum grau de insegurança alimentar (REDE PESSAN, 2022).

A fome saltou à frente nos ajudando a olhar: por aqui pelos trópicos, a face *tanathos* do biopoder nunca foi efeito colateral. Aqui na periferia da América, a vida é capital por excelência e o poder sobre a vida sempre foi poder de morte, matança, expropriação, desconexão. A geopolítica da fome é exacerbada em países marcados pela exploração e dominação de mercados externos. Assim, no Brasil a fome se concentra em pessoas que desde a mais tenra idade vivem a incerteza de sobreviver (FREITAS, 2003).

Segundo pesquisa realizada pela Fiocruz Brasília sobre o impacto social da Covid-19 no Brasil (MATTA, et al. 2021), os marcadores sociais de diferença (entendida aqui como naturalização de uma desigualdade maquinada e reificada: raça/cor, classe social, sexualidade, gênero), associados à dinâmica econômica e a características territoriais, traçam um panorama das populações mais afetadas pela pandemia. Destacam-se alguns indicadores como moradia, acesso à água tratada e saneamento básico, situação de alimentação individual/familiar e nível de segurança financeira, que apresentam relação inversamente proporcional, tanto com a exposição e quanto com a susceptibilidade à COVID-19. Pode-se afirmar, portanto, que apesar da variação dos indicadores citados incidirem na população em geral, é na população já em situação de maior vulnerabilidade social, que se observa a maior possibilidade de agravamento dos quadros de COVID-19, com consequências de formas mais severas, sejam imediatas e diretas, sejam tardias ou indiretas. Ao cenário de uma população já em grave situação de vulnerabilidade e indignidade de vida, com desafios constantes de acesso às políticas públicas e direitos, sobrepõe-se dificuldade maior das pessoas diagnosticadas com transtornos mentais (e o diagnóstico é mais um marcador social da diferença/desigualdade).

No bojo da inquietude com o contexto epidemiológico, político e econômico do país, urgiam articulações para contornar e desencantar o medo, o desespero e a sensação de desamparo. Desde o lugar de gestão e atenção em saúde mental, fabular outras formas de atuação em um momento de guerra (ao vírus, ao fascismo, ao desmonte das políticas públicas, à fome), o desafio mandingueiro posto

⁶ A novidade. Composição: Bi Ribeiro, Gilberto Gil, Herbert Viana, João Barone. Interpretação: Gilberto Gil.

“consistia em pensar aquém ou além da própria guerra, recusando o tabuleiro que ela nos impõe” (PELBART, 2019: 20). Assim, em meio à pandemia, a gestão da RAPS realizou uma pesquisa delirante - buscando encantarias por dentro da “máquina pública”, na fresta, uma luz para fazer brotar outros possíveis - havia de se (re)conhecer e criar pontos de convergência dos sujeitos que utilizam os serviços CAPS.

Deu-se, então, uma pesquisa formulada e tocada pela Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju, mais especificamente pela RAPS, provocada a partir da necessidade de dados que fundamentassem a tomada de decisão da gestão da rede para realização de ações visando o protagonismo dos usuários/as, com enfoque em ações de geração de renda e reinserção social. Para tal, foi produzido um questionário para realização de entrevistas guiadas, que aconteceram durante o período compreendido entre 17 de maio e 30 de julho de 2021. As entrevistas foram realizadas por profissionais de alguns serviços da RAPS e por discentes da Residência multiprofissional em Saúde Mental da Universidade Federal de Sergipe, com perguntas inspiradas em pesquisa do IBGE (2018). Foram entrevistados 558 usuários/as dos CAPS para o público adulto e 53 familiares dos CAPS que atendem ao público infanto-juvenil, totalizando 611 formulários respondidos por usuários e familiares. Os/as participantes da pesquisa foram informados/as sobre o objetivo da pesquisa, sobre a voluntariedade e sigilo da participação, concordando em participar.

A pesquisa transpôs em números os pequenos assombros do cotidiano, produzindo “dados que são relançados às suas virtualidades, num tempo que se reinventa e se torna nova dobra do mundo” (FONSECA *et al.*, 2010: 182). Assombros-sintoma de encontrar cotidianamente corpos (en)cantos que, sem acesso ao mínimo, àquilo que seriam necessidades humanas básicas que condicionam a saúde, se desencantam, amarelam com uma fome total: fome de seguridade social, fome de arte, fome de renda, fome de educação, fome de alegrias, fome universal, fome de trabalho digno, fome de vitalidade. Numa cadeia de tantos elos de ausências, não há de se mapear tudo de que se tem fome. Cultivando uma atitude genealógica, resta se ater ao percurso dela, sua geografia, seus impactos nefastos que produzem o corpo-canto dessa escrita. Corpos que são excluídos da sociedade no sentido de garantia de direitos, excluídos porque para ter direitos têm o dever de performar a métrica capital, corpos entendidos como deficientes, faltosos, doentes, que passam a estar sob os controles públicos, objetificados, com pulsão de vida reduzida ao ditado pela cartilha neoliberal.

Ao questionar usuários/as dos CAPS adulto, “se nos últimos 3 meses, os alimentos acabaram antes que os moradores do domicílio tivessem dinheiro para comprar mais alimentos”, verificou-se que, em 49,64% dos domicílios, os alimentos acabaram antes que os moradores pudessem ter dinheiro para comprar mais comida; em 46,42%, tal situação não foi observada e 3,94% não informaram. Já familiares de crianças acompanhadas nos CAPS infantis, em 60,38% dos casos relativos a familiares e/ou responsáveis pelos/as usuários/as acompanhados/as nos CAPS infanto-juvenis, os alimentos acabaram antes de ser possível comprar mais. Assim, traduziu-se em números um canto de corpos em desencanto que não acessam alimentos e que passam fome, fazendo-se visível nos CAPS pesquisados; números que se situam na encruzilhada entre a fome que enlouquece e a loucura que traz consigo as inúmeras faltas e precariedades.

Josué de Castro (1984) questiona, ao passo que afirma, que a fome é um problema tão velho quanto a própria vida. Mas, seria a fome, assim como a morte, inerente à própria vida? Ou uma praga social forjada pelo próprio humano (que

come)? As mazelas da escassez de alimentos já não são novidade, contudo, continuam figurando no centro das disputas de narrativas como praga permanente na nossa sociedade. O ato de comer carrega consigo não só o suprir o corpo de calorias como uma necessidade vital, carrega junto uma gama de significados sociais e subjetivos (ALMEIDA *et al.*, 2020); o comer agencia sociabilidade, cultura, ancestralidade, pois o alimento chega à boca carregando a energia de quem o preparou, carrega o comer junto, celebrações, festas ou, o inverso, as ausências do próprio alimento e a violência da sociabilidade neoliberal onde se come tudo processado e enlatado sem rastro algum de conexões, com impactos subjetivos – o desencanto de uma vida que se come, come multiprocessados, enlatados, congelados. Apesar do discurso do “agro que é pop”, observa-se o alarmante aumento no número de famintos e obesos (devido a alimentos de baixa qualidade nutricional), uma vez que a produção no país não se destina a alimentar a população, mas alimenta o mercado internacional de *commodities*.

A renda escassa ou a sua ausência atrelada à falta de atividade remunerada, pode transformar sentidos, descritos por Maria do Carmo de Freitas (2003: 2667) como nervoso ou desgosto da vida, pois, derivando dessas ausências conjuga-se o verbo fome: “a fome está no horizonte como uma possibilidade que se encontra à frente, cuja projeção temporal não se esgota em uma refeição, mas persiste porque está dentro da sua biografia, por isso não omite a vivência”.

A fome no Brasil é uma produção histórica, com distintos significados, tanto em um contexto ampliado social, quanto na singularidade das pessoas atingidas (FREITAS, 2003). O comer e seus sentidos se desdobram, evidenciando que não estamos falando apenas do aprofundamento das desigualdades econômicas. Não podemos reduzir a análise da insegurança alimentar apenas à noção de precariedade de renda, mas, tatear as linhas para uma análise ampla de uma precariedade de vida, que se relaciona e faz dobra com vários tipos de desigualdades como raça, gênero, idade, etnia, classe, participação (CAMPELO e BORTOLETTO, 2022).

Ao questionar se ‘algum/a morador/a, de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida’, 61,47% dos/as usuários/as dos CAPS Adulto informaram que não sentiram fome e não deixaram de comer por falta de dinheiro; já 31,72% dos/das entrevistados/das dos CAPS Adulto afirmaram ter sentido fome e não se alimentado, por falta de dinheiro para comprar alimentos nos últimos três meses. Quanto a familiares/responsáveis pelos/as usuários/as dos CAPS infanto-juvenis, ao serem questionados se ‘algum morador com menos de 18 anos, alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida’, 54,72% dos familiares e/ou responsáveis dos usuários atendidos nos Caps infantil afirmaram que tal situação não ocorreu, embora relatem a falta de alimentação, devido à escassez de recursos financeiros. A taxa de familiares e/ou responsáveis que afirmaram sentir fome e não se alimentaram devido à falta de dinheiro foi de 45,28%. Diante desse dado, espanto! A COVID-19 agrava antigas problemáticas, reeditando-as e compondo velhas novas fotografias “do corpo, do lugar de angústia, das depressões, do luto, da dor, da força, da doença, do gozo pela vida tanto quanto pela morte, da fome, do racismo” (LIMA, 2021, s/p.).

Partindo da complexidade da fome e seus impactos imediatos, tardios, culturais e ambientais, em 2006, foi instituída a Lei 11.346/2006 de Segurança Alimentar e Nutricional, que conceitua a segurança alimentar como a garantia de direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenci-

ais, tendo como práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. A pesquisa Olhar para Fome (REDE PESSAN, 2022) reforça que, para a fome desaparecer, é preciso fazer a renda brotar – em 67% dos domicílios com renda maior que um salário-mínimo por pessoa, o acesso a alimentos é pleno, configurando-se pessoas em situação de segurança alimentar. Na pesquisa realizada nos CAPS de Aracaju, ecoam de forma cruzada os dados sobre a faixa de renda mensal e recebimento de auxílio governamental ou não governamental, os dados de frequência sobre exercício de atividade remunerada formal ou informal e o impacto da situação socioeconômica sobre situação alimentar de usuários/as e familiares.

Assim, parece ser preciso dar nome e não apenas conceituar a fome (FURTUOSO e VIANA, 2021), fazer da experiência um caminho de resistência para conceitos teóricos, as teorias conformistas ou as produções colonialistas daqueles que comem, ecoando a voz de Carolina Maria de Jesus (2021/1960), ao afirmar que quem inventou a fome são os que comem, uma vez que o colonialismo/capitalismo inventam e geram a fome, pois lucram com ela. Reafirmando a assertiva da autora, pesquisas revelam o surgimento de um novo bilionário no mundo a cada 26 horas, enquanto a desigualdade contribui para a morte de uma pessoa a cada quatro segundos (OXFAM, 2022). Desde quando a pandemia foi declarada no Brasil, o país ganhou 40 novos bilionários, desses os 20 maiores têm mais riqueza (US\$ 121 bilhões) do que 128 milhões de brasileiros (60% da população) (OXFAM, 2022), que revela que “a desigualdade mata”. Os mais ricos poderiam, a título de ilustração, “pagar um benefício de R\$ 600,00 mensais por seis anos e meio para 40 milhões de famílias” (CAMPELO e BORTOLETTO, 2022: 108).

É possível inferir que a insegurança alimentar, a renda e a possibilidade de exercício de atividade remunerada foram impactadas diretamente pelas instabilidades econômicas e sociais derivadas da pandemia, mas há muito conhecidas e vividas pelo cada vez mais amplo segmento da população em vulnerabilidade, da qual usuários da rede de saúde mental fazem parte. A pandemia COVID-19 expõe a conjuntura dos corpos famintos e tem se firmado como a maior crise sobre a questão colonial e do proletariado do século XXI, descortinando a desigualdade e a exclusão que sugam o mundo arrastando os estragos coloniais, que construíram o “Brasil da fome, do desempregado/a, sem esperança, desesperado/a pelo assalariamento e outras explorações cotidianas do capitalismo subalterno, que criminaliza a educação, a ciência, o humano” (LIMA, 2021: s/n). “Seu” Mateus Aleluia, sopra doce em nossos ouvidos os que trazem na tez a história viva de quem “veio de outras terras, tratando das feridas trazidas de uma vida aflita, com traumas que nem Freud explica”⁷ para ousarmos afirmar que sofrimento mental tem cor, raça e gênero, que reduzir toda essa trama à doença é também dispositivo capital de individualização de questões fundantes do tecido social brasileiro: colonialismo, dominação, escravidão, família nuclear triangulada, fome. Sofrimento mental é geracional, é histórico, e está situado em corpos periféricos que passam invisibilizados, aparecendo apenas criminalizados, nas ruas, nas mídias. Temos fome de justiça social!

De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (2022), pessoas que estão expostas a circunstâncias desfavoráveis como pobreza, violência e desigualdade correm maior risco de sofrer transtornos mentais. Entre as várias repercus-

⁷ *Fogueira doce*. Composição e intérprete: Mateus Aleluia.

sões da pandemia COVID-19, está uma crise mundial de saúde mental. A precarização da vida que ela impôs alimentou o estresse a curto e longo prazo, prejudicando a saúde mental de milhões de pessoas.

Sabemos que a atenção à saúde mental na comunidade, como preconiza a RAPS brasileira, carece sistematicamente de fundos suficientes. Em média, os países dedicam menos de 2% dos seus recursos em saúde mental, sendo que mais de 70% desses recursos seguem sendo destinados aos hospitais psiquiátricos e quase a metade da população mundial vive em países em que há apenas um psiquiatra por cada 200 mil habitantes (OMS, 2022). O fato é que a maioria das pessoas que sofrem de transtornos mentais não recebe nenhum tratamento.

A orientação da OMS atualmente e que é fundamento da nossa lei de reforma psiquiátrica, 10.216/2001, aponta para a reorganização dos serviços de saúde mental com foco de investimentos na prestação de serviços de saúde mental na comunidade. “A atenção à saúde mental na comunidade é mais acessível e aceitável que a atenção institucional e oferece melhores resultados para as pessoas com transtornos mentais” (OMS, 2022: 8). O foco na atenção psicossocial, na saúde mental no território onde a vida se faz e se refaz, é direção inegociável para o enfrentamento desta política de morte e de fome, agravada mundialmente pela pandemia.

Gente quer comer, gente quer ser feliz, gente quer respirar o ar pelo nariz⁸

Ao mesmo tempo que nossas vidas são ração para o capital, que se alimenta e/ou se alivia, inclusive da morte de muitos de nós, de alguns corpos mais que outros, consumimos, mais do que bens, uma forma de vida, e mesmo quando nos referimos às pessoas em situação de maior vulnerabilidade social, “consumimos toneladas de subjetividade” (PELBART, 2003: 20). O capitalismo em sua versão contemporânea, é conexãoista.

O novo capitalismo em rede, que enaltece as conexões, a movência, a fluidez, produz novas formas de exploração e de exclusão, novas elites e novas misérias, e sobretudo uma nova angústia – a do desligamento [...]. A ameaça de ser desengatado – sabemos que a maioria se encontra nessa condição, de desplugamento efetivo da rede. [...] o problema se agrava quando o direito de acesso às [...] *redes de vida* num sentido amplo migra do âmbito social para o comercial. [...] O que se vê é a expropriação das redes de vida da maioria da população pelo capital. [...] Que possibilidades restam, nessa conjunção de plugagem global e exclusão maciça? (PELBART, 2003: 21-2)

Como viabilizar outras redes? Nesse cenário de um necrocapitalismo com força para reduzir os sujeitos à condição de zumbis, fazendo com que estes deixem de imaginar mundos, para consumir o mundo, um desvio coletivo dar-se-ia pela reapropriação desejante, pela “reapropriação da força de criação e cooperação” (ROLNIK, 2018: 35). Para nós, como trabalhadoras e pesquisadoras da rede de saúde mental, essa pergunta nos arrasta até um mar de encantaria de uma vida que se pode e se faz em ato outra, bifurcando da feitiçaria do mercado de vidas neoliberais, uma vida sob a pele, sob a terra. A condição de zumbis sempre valeu para vítimas do feitiço do modelo asilar biomédico, basta ter pisado os pés uma vez num hospital psiquiátrico, num manicômio, para a inevitável constatação.

Mas persistindo com eles, andando ao seu lado na RAPS, é como se insinuasse uma vida de encruzilhada; entre a face e a vida zumbificada, brechas de uma

⁸ *Gente*. Composição e interpretação: Caetano Veloso.

vida e de redes outras: “há uma tendência crescente dos excluídos em usar a própria vida. Na sua precariedade de subsistência, como vetor de autovalorização. Seu único capital sendo sua vida, em seu estado extremo de sobrevivência e resistência” (PELBART, 2003: 22), suas vidas se fazem uma vida, vetor de existencialização. As mulheres e homens comuns em suas vidas ordinárias, dobram a miséria da vida capital. Suas vidas marcadas pelo manicômio e pela miséria são como pequenos reservatórios de vida inventiva. Se estamos todos confinados nesse tempo, agenciemo-nos a processos e práticas antimanicomiais, agenciemo-nos aos ensaios de vida dessa gente ordinária, ousando compor outras existências e propor outros pactos societários: “a luta pelo fim dos manicômios como componente de um projeto societário que se encontra em disputa e que visa à superação das opressões/exploração de classe, gênero, raça/etnia e da propriedade privada” (PASSOS; PEREIRA, 2017: 25).

No fio da navalha desse tempo, habitando os escombros das políticas públicas brasileiras, abrimos aqui espaço para uma nova política (subjativa), na tentativa de forçar um mínimo deslocamento das coisas. Olhar o tempo do cotidiano, da vida de gente ordinária, estar ao lado, permitindo-nos solidarizar e diferenciar, revertendo o feitiço capitalístico de individualização e culpabilização daqueles/as que não têm o mérito de viver da cartilha do capital, eis uma encantaria em meio à crise civilizatória instaurada na América Latina, aos retrocessos nas políticas públicas brasileiras, às crises cotidianas na RAPS nos territórios da capital do menor estado do Brasil. Olhar para tramas que esbocem outras possibilidades de mundo, outras economias afetivo-sociais e nos agenciar com outros saberes, práticas e modos de vida capazes de imaginar “uma nova racionalidade social, política, econômica e cultural indispensável para a transformação” (ACOSTA, 2016: 233).

Desesperadas, diante do contexto de arrefecimento da insegurança alimentar e da fome sentida/sofrida diariamente por usuários/as da RAPS de Aracaju em tempos de COVID-19, temos fome de multiplicidade, de invenção de uma política afetiva que não desvencilhe o pensamento do que estamos fazendo de nós (e de como estamos cuidando de nós) do que estamos fazendo do outro (cuidando do outro). Então, a invenção que perscrutamos para respirar não é monopólio da indústria, da mídia, do Estado ou da ciência em favor da monocultura da vida, mas se encontra nos rastros da invenção ordinária de uma vida que circula dentro da rede RAPS fazendo outras redes afetivas.

Essa escrita convida a abaixar-nos para ouvir os ecos de encontros/memórias/histórias da RAPS de Aracaju. Como uma simpatia que parece ajudar a cultivar uma conversão do olhar na escrita acadêmica, como sugere Rosa Fischer (2005), uma escrita como cuidado, uma escrita como arte de (re)existência. A fome que temos é de comida e de insistência na vida!

Nesses anos de inserção em RAPS, andamos cultivando um olhar junto com Simas e Ruffino (2020) quando estes afirmam: o contrário da vida não é a morte e sim o desencanto. Entende-se aqui “desencanto como uma política de produção de escassez e de mortandade, [o que] implica pensar no sofrimento destinado ao que concebemos como o humano, no deslocamento e na hierarquização dessa classificação entre os outros seres” (SIMAS; RUFFINO, 2020: 104). Poderíamos arriscar práticas de saúde mental que (re)encantem o mundo e, assim, se (re)encantem, rascunhando outros modos de se fazer humano e de entender cuidado, doença e saúde?

O contexto da COVID-19 traz junto consigo o imperativo de repensar os arranjos societários que façam vibrar novas formas possíveis de habitar os recantos

das cidades, os recantos dos serviços de saúde, en/cantos para uma vida pulsante que já não se restrinja a cantos. E que os CAPS possam ser ponto de uma trama que conduz nossa imaginação a viver na fresta da encantaria, capaz de transmutar a exclusão, a invisibilidade e escassez (de tanto, de muitos, em muitos recantos) “em presenças vibrantes, pujantes de vivacidade, alargadoras de gramáticas e mundos” (RUFINO, 2021: 284). Mais uma vez, encantar o pacto civilizatório proposto pelos movimentos antimanicomiais. Agora, a atualização do pacto, o fio do encanto é interseccional: trata-se de um pacto decolonial que reafirma que saúde é efeito de condições coletivas de existência e que por isso exige interferir diária e miudamente nas práticas de gestão da cidade, nas desigualdades sociais generalizadas, racializadas e classistas da estrutura capitalista. Assim, o encanto se dá pelo chão dos serviços de saúde mental, mas se espraia pelos cantos da cidade, ressoando microcosmos que ousam aquilombamentos e comunidades anticapitalistas, anticoloniais e antipatriarcais, na direção de outros mundos, outras saúdes, outras subjetividades.

No cenário biopolítico contemporâneo, há a transição para a sociedade de controle (DELEUZE, 1992) em que as estratégias de controle da vida incidem sobre certos corpos, sobre as vidas precárias matáveis, que são aquelas alvo das políticas sociais em decadência no Brasil dos últimos anos. Nesse cenário, é toda uma política que busca fazer viver toda e qualquer vida que está à míngua. O que se quer silenciar e matar ou deixar morrer à míngua? Foucault já nos disse que a sociedade procura enclausurar tudo aquilo que ela não quer ver de si mesma. Que espelho é este que queremos despedaçar? As pessoas que ocupam hoje a RAPS enunciam muitos dos nossos fracassos civilizatórios, atestando a tese de que a loucura é portadora da verdade (FOUCAULT, 1962). “Um grão de loucura e devaneio, quem sabe, é desta falta que padecem nossas almas mortas, famintas de encantamento e razão de viver” (COSTA, 1996: 8).

Como, então, produzir cuidado que seja caminho para o encantamento da vida, resistência à lógica manicomial e docilizante dos corpos, precarizante da vida? Como produzir uma clínica que desencaminhe a fome real e simbólica que nega a vida dos usuários cotidianamente, na RAPS e na cidade? Quais as diretrizes de uma clínica psicossocial que seja resistência a estas formas de controle da vida?

Arremates propositivos: que encantos na atenção psicossocial?

Vivendo em tempos em que os escombros parecem sufocar o que resta da fagulha do sonho democrático construído pelos antepassados, é preciso lembrar que “o tempo é rei, [...] lembrar que a rua é nós, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós” (EMICIDA). É preciso seguir a viagem e destapar o céu, ainda que não vejamos o brilho do novo sol. É preciso alargar o lastro, alargar os passos, produzir comum entre heterogêneos, fabular povo, coletivizar e singularizar. Mbembe (2021: s/n), ao refletir sobre os tempos pandêmicos, afirma que é na possibilidade do encontro único e honrado com outros que um “em-comum depende também da possibilidade, sempre retomada, da partilha de condições de algo absolutamente intrínseco, isto é, incontrolável, incalculável, e, portanto, estimável”. Esse em-comum nos fala de voltar as bases dos tempos de luta (de ativismo, protagonismo e participação social), retomar a capacidade de produção de redes solidárias para enfrentamento dos desafios que nos atravessam.

Uma pesquisa-pista com a população de rua em uma capital nordestina indica experimentações numa imersão etnográfica produtora de caminhos de vinculação e escuta das pessoas a partir do cotidiano (AMORIM *et al.*, 2017). Ao, por exemplo, participarem da entrega de café da manhã numa praça da cidade, passavam na “linha de produção” da alimentação, linha capaz de construir confiança e vinculação, deixando as pessoas à vontade para falarem de suas vidas, seus projetos e suas vidas na fome. A escuta e a confiança gestadas desencaminharam alguns trajetos mortíferos que aquelas pessoas poderiam ter percorrido nos serviços públicos que, aparentemente, ofertavam cuidados. No circuito perverso de exclusão (por inclusão) a que estavam submetidas aquelas vidas “famintas” de pão e vida, a oferta de uma presença regular, interessada e atuante na mediação entre elas e as políticas públicas, muitas alternativas foram criadas à destinação comum a que aquelas vidas estavam condenadas (AMORIM *et al.*, 2017). Cada pão entregue, cada palavra trocada, a presença interessada afirmava as vidas, em desvios à homogeneização do cuidado universalizante, à institucionalização que, não raro, privava-as de liberdade de circulação na cidade, à omissão dos aparatos institucionais que deveriam ser garantidores de direitos. Assim, a pesquisa-intervenção fomentou encontros, produziu coletivos e espaços de singularização da vida, “intercedendo em favor da invenção da vida e da garantia dos direitos de todos os humanos, lá onde as potências e a dignidade pedem lembrança, lugar e passagem” (AMORIM *et al.*, 2017: 209)

Outra pista. Um cuidado que se fez pesquisa (ALMEIDA e VASCONCELOS, 2020) pela indicação no chão da cidade de que é preciso ‘butar’ - com sotaque nordestino mesmo - a sina da clínica em análise, desviar, (des)territorializando-a, pelejando com ela. Viver uma clínica psicossocial é borboletear-se, é ter “autonomia de voo, um voo onde o encontro com o irredutivelmente outro nos desterritorializa” (GUATTARI e ROLNIK, 2011: 349). Esse ‘butar’ em análise compõe uma ética que emerge de uma sensibilidade ao intolerável - que, aliás, é o que muitos de nós tolera e intitula de cuidado: “fazer-saber de um corpo alijado de sua potência para caber em formas político-culturais, institucionais e subjetivas-citadinas”. E foi assim que encontramos Michele, que nos recebeu com um sorriso no rosto, morando literalmente em um buraco da cidade, buraco caixa de pandora a questionar e ampliar nosso olhar e nosso modo de cuidar em saúde mental coletiva. Desvios clínicos pelo pouso da atenção em um buraco-vida em germinação (ALMEIDA e VASCONCELOS, 2020: 287), desses que só acontecem quando o *setting* é um corpo que se faz com as paisagens da cidade e não tolera qualquer coisa que se nomeia cuidado.

As perguntas insistem: como produzir uma clínica psicossocial capaz de escutar as fomes, capaz de intervir no oco da fome? Os repertórios clássicos de escuta psicológica já não dão conta, mas entram em cena os repertórios sensíveis que escutam e olham “no olho das fomes” e criam caminhos, desvios, passagens onde só muros institucionais se levantam e cegam, até mesmo onde deveriam ser derrubados, como nos CAPS.

Nessa direção, encontramos outras pistas para uma clínica de resistência em saúde mental. A primeira pista é a invenção de formas de cuidar que exigem transversalidade de saberes disciplinares e não disciplinares, em que “não cabe mais separar a clínica da política, a saúde dos contextos que a produzem, pois se trata, muito mais, de afirmarmos uma clínica que se tece nessas tensões, intensificando e fazendo a vida vibrar em toda sua potência prenhe do diverso” (PAULON *et al.*, 2009: 201).

Nesta trilha da “potência preenhe do diverso”, outra pista envolve a tarefa de produzir projetos de vida, de articular clínica e vida, fazendo vibrar “o eixo biopolítico de um poder que é invenção de novas formas de viver, e, sobretudo, de atuar em nossas inserções profissionais” (PAULON *et al.*, 2009: 201). Quando pensamos nas inserções e formas de atuação profissional, podemos nos remeter a abertura para a produção de diferentes modos de cuidado, que não sejam os modos já instituídos na RAPS. A vida pede sempre mais, pede desvios e invenção constantes das formas de atuar que são definidas pelas singularidades dos encontros com as diferentes fomes de cada usuária e usuário. A tarefa de escutar as fomes de comida, de afeto, de música, pedem invenções de saciedades. Nem toda usuária que gosta de música, pede uma oficina de música, as vezes ela pede apenas redes de amizade produzidas desde o CAPS ou a presença de um aparato musical no cotidiano da vida. Assim, a clínica psicossocial que ensaiamos pressupõe uma articulação com a vida, promovendo os tempos e os espaços terapêuticos nas RAPS como dispositivos para a produção de processos de subjetivação singulares e inventivos, como formas de resistência à reprodução de modos de existência.

A produção de uma clínica psicossocial que desencaminhe as fomes nas RAPS pressupõe a tarefa de desinstitucionalizar as cidades, os territórios em sua inospitalidade à diferença, de modo que é preciso “reabilitar a cidade” (VENTURINI, 2009) no sentido de tornar-se lugar que acolhe, que sacie as fomes, “onde é possível a troca de identidades, a criatividade, onde é perceptível uma razão comum para fundamentar a emancipação e a liberdade. É a utopia da cidade vivível e hospitaleira” (VENTURINI, 2009: 219).

Essa clínica é indissociável da política como produção de espaços coletivos para o enfrentamento e gestão dos problemas populares. Assim, ecoam também pelo Brasil, mais especificamente em alguns serviços de saúde mental, o debruçar-se em uma terapêutica que se alia a construção de pequenas hortas urbanas, investindo em oficinas que garantem produção de alimentos e compartilhamento de experiências junto à terra. Outros serviços, apostam em oficinas de jardinagem e hortas verticais, pequeninas sementes que mantêm vivo o sonho de ações emancipatórias intersetoriais - quem sabe germinar e florescer o acesso a cursos de jardinagem, a criação das hortas urbanas em praças, espaços públicos e serviços públicos, que sejam públicos de fato e cuja produção possa garantir um acesso inicial a alimentos e até gerar renda para pequenos grupos.

Durante o período pandêmico, a organização da sociedade civil, em suas organizações autogestionadas, contribuiu para o enfrentamento emergencial da fome, especialmente nos territórios das ruas periféricas (FURTUOSO e VIANA, 2021). Destacamos as cozinhas solidárias do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) que, entre doações, editais de fomento e parcerias com pequenos agricultores, forneceram alimentos, promoveram atividades culturais e educativas, forneceram apoio jurídico e uma série de outras iniciativas que em 11 Estados e no Distrito Federal; são 24 cozinhas que fornecem, em cada uma, cerca de 560 marmitas semanais (RIBEIRO, 2022).

A resistência pelo encanto mora no não deixar morrer a semente de um dia germinar no chão dos CAPS de Aracaju: oficinas livres de culinária, oficinas de cooperativismo, economia solidária; semente que espera o tempo para florescer tal e qual seu primo-irmão “O Bar Bibitã”, empreendimento de economia solidária que nasce por dentro do CAPS Itaim Bibi e Butantã, conformando-se “como um instrumento para reconstrução de autonomia, protagonismo e ampliação do poder contratual” (BALLAN, 2010: 115), fiando-se em uma organização

participativa e solidária do trabalho e de produção, oportunizando diferentes condições de trabalho diferentes daquelas determinadas no capitalismo, com espaço para outros sentidos e valores subjetivos.

Ainda há muito a ser feito, a imaginação inventiva e um caminho en-comum reafirma e conclama: não te rendas, “enquanto houver amor é possível mudar o curso da vida”⁹. Se os desmontes políticos balançam nosso encantamento e poder de encantaria, é preciso “manifestar-se como impulso de anunciar outros mundos por vir [...], mobilizar outros inconscientes por meio de ressonâncias, agregando outros aliados às insubordinações” (ROLNIK, 2018: 131), alargar o lastro e retomar o voo, retomar o brilho das estrelas, contar outras histórias para adiar o fim do SUS e da Reforma Psiquiátrica brasileira, propor outros trajetos, buscar novas parcerias e inspirações, ouvir a encantaria presente no caminho, ouvir os seres que vieram antes, descolonizar saberes e práticas, recomeçar a construção cotidiana e seguir alicerçando as práticas em fundamentos anticapitalistas, antipatriarcais, anticoloniais, antiproibicionistas. Revisitar os nossos olhares, buscando novos referenciais, validando outros saberes, outras formas de ser, habitar, produzir, consumir. Sigamos com outras fomes e outras encantarias que não as forjadas por esse e para esse mundo capital.

Recebido em 18 de abril de 2023.

Aprovado em 10 de outubro de 2023.

Referências

ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALMEIDA, L. et al. Os sentidos da cozinha de Centros de Atenção Psicossocial e a inserção do nutricionista no cuidado em saúde mental. *Saúde em Debate*, 44 (3): 292-304, 2020.

ALMEIDA, L.; VASCONCELOS, M. (Des)territórios da clínica: o alçar de vidas borboletas. NOBRE, T. et al. (orgs.). *Vozes, imagens e resistências nas ruas*. A vida pode mais! Natal: EDUFRN, 2020. pp. 279-310.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. *A agroecologia em tempos de COVID-19*. Berkeley: Centro Latinoamericano de Investigaciones Agroecológicas, 2020.

AMORIM, A. et al. Entre canteiros e nuvens, perigos e guarda-chuvas: A experiência de uma pesquisa-intervenção com pessoas em situação de rua. *Estudos psicológicos*, 22 (4): 389-400, 2017.

BALLAN, C. *O livro de receitas d'O Bar Bibitantã. Conquistas e desafios na construção de um empreendimento econômico solidário na rede pública de atenção à saúde mental*

⁹ Livremente inspirado na música *Principia*. Composição: Leandro Roque de Oliveira, Vinícius Leonard Moreira. Intérpretes: Emicida, Fabiana Cozza, Pastor Henrique Vieira e Pastoras do Rosário.

no Município de São Paulo. Tese de Mestrado. Escola de Enfermagem, da Universidade de São Paulo - USP, 2010.

BISPO JÚNIOR, J.; SANTOS, D. COVID-19 como sindemia: modelo teórico e fundamentos para abordagem abrangente em saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 37 (10), 2021.

CAMPELO, T.; BORTOLETTO, A. (orgs.). *Da fome a fome: diálogos com Josué de Castro*. São Paulo: Ed. Elefante, 2022.

CASTRO, J. *A geografia da fome: dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 10 Edição, 1984.

COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos - Crise e insurreição*. Tradução: Edições Anti-páticas. São Paulo: n-1, 2016.

COSTA, J. A devoração da esperança no próximo. *Folha de São Paulo*, 22 set. 1996.

DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34; 1992.

FISCHER, R. Escrita acadêmica: arte de assinar o que se lê. In: COSTA, M.; BUJES, M. (orgs.). *Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. pp. 117-140.

FONSECA, H. *Agroecologia, caminho para combater a fome em tempos de pandemia COVID-19*. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Agroecossistemas. Centro de Ciências Agrárias. UFSC, 2021.

FONSECA, T. *et al.* O delírio como método: a poética desmedida das singularidades. *Rev. Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10 (1): 169-189, 2010.

FOUCAULT, M. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2008 (1962).

FREITAS, M. *A agonia da fome*. Salvador: EdUFBA/FIOCRUZ, 2003.

FURTUOSO, M.; VIANA, C. Quem inventou a fome são os que comem: da invisibilidade à enunciação - uma discussão necessária em tempos de pandemia. *Interface*, 25 (1): e200-225, 2021.

GAIGER L. “Empreendimentos econômicos Solidário”s. In: CATTANI, A. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Editora Veraz, 2003, pp. 135-143.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica. Cartografias do Desejo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2021). Indicadores IBGE: *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Primeiro Trimestre de 2021*. Brasília: 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores IBGE: *Pesquisa de Orçamentos Domiciliares 2017-2018*. Brasília, 2018.

JESUS, C. *Quarto de despejo*. São Paulo: Editora Ática, 2021 (originalmente publicado em 1960)

LIMA, S. Você não é você quando está com fome. *Projeto Pandemia Crítica*. São Paulo: N-1 edições, 2021.

MATTA, G.; REGO, S.; SOUTO, E.; SEGATA, J. (eds.). *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia*. Rio de Janeiro: Observatório Covid19/FIOCRUZ, 2021.

MBEMBE, A. O direito universal à respiração. Tradução: Ana Luiza Braga. *Projeto Pandemia Crítica*. São Paulo: N-1 edições, 2021.

NOBRE, M.; MORENO, N.; AMORIM, A.; SOUZA, E. Narrativas de modos de vida na rua: Histórias e Percursos. *Psicologia & Sociedade*, 30 (1), e175636, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Informe mundial sobre a saúde mental: transformar a saúde mental para todos – Panorama Geral*. OMS, 2022.

OXFAM. *Nós e as Desigualdades. Pesquisa OXFAM/Data Folha. Percepções sobre desigualdades no Brasil*. Relatório de Pesquisa [recurso eletrônico], 2022.

PASSOS, R.; PEREIRA, M. “Luta antimanicomial, feminismos e interseccionalidades: notas para o debate”. In: PASSOS, R. G.; PEREIRA, M. O. (orgs.). *Lutas Manicomiais e feminismos: discussão de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica Brasileira*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, pp. 25-51.

PATROCÍNIO, S. *O reino dos bichos e dos animais é o meu nome Stela Patrocínio*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001.

PELBART, P. *Ensaio do Assombro*. São Paulo: N-1 edições, 2019.

PORTO, M.; ROCHA, D.; FASANELLO, M. *Saúde, ecologias e emancipação: conhecimentos alternativos em tempos de crise(s)*. 1. Ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR – PESSAN. *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19: II VIGISAN: relatório final*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

RIBEIRO, A. Cozinhas Solidárias: o combate à fome nos territórios e nas ocupações do MTST. In: CAMPELO, T.; BORTOLETTO, A. P. (orgs.) *Da fome a fome: diálogos com Josué de Castro*. São Paulo: Elefante, 2022. pp. 130-3.

ROLNIK, S. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetina*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ROMAGNOLI, R.; PAULON, S.; AMORIM, A.; DIMENSTEIN, M. Por uma clínica da resistência: experimentações desinstitucionalizantes em tempos de biopolítica. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 13 (30): 199–207, 2009.

RUFINO, L. *Vence-demanda: educação e descolonização*. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SAFATLE, V.; SILVA JÚNIOR, N.; DUNKER, C. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SIMAS, L.; RUFINO, L. *Encantamento: sobre a política da vida*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

SZTUTMAN, R. Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência – pensando com Isabelle Stengers. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 69: 338-360, 2018.

VASCONCELOS, E. “Análise de conjuntura e o campo da saúde mental: retrocessos e brechas para resistir e avançar”. In: VASCONCELOS, E. (org.) *Novos horizontes em saúde mental: análise de conjuntura, direitos humanos e protagonismo de usuários(as) e familiares*. São Paulo: Hucitec, 2021. pp. 91-132.

VENTURINI, E. A cidade dos outros. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21 (2): 203-222, 2009.

YASUI, S. *Rupturas e encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica Brasileira*. Tese de Doutorado, em Ciências da Saúde. Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.